

IMAGEM DO POLÍTICO BRASILEIRO

Aroldo Rodrigues, Sharon A. Lobel,
Bernardo Jablonski, Marina Monnerat,
Danielle Corga, Kátia Diamico,
Marcos Pereira e Andréa Ferraz
Universidade Gama Filho

RESUMO - O estudo de estereótipos em relação aos políticos tem sido negligenciado por parte dos psicólogos sociais. Neste estudo foi testada a hipótese de que prevalece, entre nós brasileiros, uma atitude negativa para com a classe política. Objetivos secundários da pesquisa foram a verificação da possibilidade de utilização do telefone como meio de coleta de dados no Brasil e a correspondência entre respostas de estudantes universitários e as de membros de outros segmentos da população. Tomaram parte no estudo 533 sujeitos de ambos os sexos, residentes no Estado do Rio de Janeiro. Destes, 273 foram contactados por telefone, através de escolha aleatória, e os demais eram universitários. Os resultados confirmaram a existência de uma visão fortemente negativa do político brasileiro. Eles são vistos como ambiciosos, insinceros, oportunistas, mal intencionados, irresponsáveis, incompetentes, etc. **Nenhum** e **Todos** foram as respostas mais freqüentes para o político que mais se aproxima e o que mais se afasta, respectivamente, do ideal. O uso do telefone mostrou-se adequado e universitários e demais segmentos da população forneceram respostas semelhantes.

A PORTRAY OF THE BRAZILIAN POLITICIAN

ABSTRACT - The study of political stereotypes has been neglected by social psychologists. The present research tests the hypothesis that Brazilians have a negative attitude toward politicians. Secondary objectives of this study were: (a) to test the possibility of utilizing the telephone as a means of data collection in Brazil; (b) to explore the correspondence between the answers given by university students and those offered by several strata of the general population. 533 Ss of both sexes took part in the study; they were all residents of the state of Rio de Janeiro. 273 of them were reached by telephone and chosen by a systematic random sampling procedure; the remaining were university students. The results confirmed the existence of a strong negative image of the Brazilian politician. They are perceived as ambitious (for personal purposes), insincere, opportunistic, ill intentioned, irresponsible,

incompetent, etc. **None** and **All** were the most frequent responses to the questions: (a) which politician is closest to your ideal of a politician? and (b) which politician is further apart from your ideal of a politician? The use of telephone interview proved to be adequate and university students and the rest of the population sampled gave similar responses.

INTRODUÇÃO

O estudo de estereótipos em relação aos políticos tem merecido reduzida atenção por parte dos psicólogos que se dedicam ao campo da percepção social. Pelo que se pode depreender da leitura dos jornais, através de sucessivas denúncias de nepotismo, corrupção e ineficiência, e pelo alto percentual de votos em branco e nulos nas últimas eleições para a formação da Constituinte e para Governadores, Senadores e Deputados Estaduais (Novembro de 1986), o estereótipo em relação ao político não parece ser dos mais positivos.

Aparentemente essa má imagem não é nem recente, nem exclusivamente nacional. O dicionário Aurélio Buarque de Holanda (1986) apresenta no verbete **político** - além das acepções relativas à atividade pública e próprias da política - uma conotação pejorativa ligada à esperteza e à astúcia, termos que se aplicariam mais a um mascate ou a um contraventor do que a pessoas ligadas à direção do país (não que políticos não devam ser astutos ou inteligentes. Devem. A palavra esperto no entanto acrescenta uma variante suspicaz à questão da inteligência). Ainda no mesmo verbete, "Estar político com alguém", significa cortar ou romper relações (com alguém). E alguns vocábulos em torno, corruptelas como politiqueiro, politicagem, politicaria, etc., também parecem apontar algo errado com essa atividade, o que não deve ser tão recente, uma vez que já está solidamente assentado em nossa língua.

Quanto à imprensa internacional, as citações literárias existentes e referidas ao ofício do político são mais finas que elogiosas, mais depreciativas que enaltecidas. Já na literatura especializada referente a atitudes para com políticos, uma busca no **Psychological Abstracts** dos últimos cinco anos mostrou-se infrutífera. Pelo menos, de 1982 para cá, este tópico não pareceu ter despertado a atenção da comunidade psicológica mundial.

Apesar de o fenômeno não ser novo e nem exclusivo de nossa cultura, acreditamos que hoje e aqui, mais do que nunca, o prestígio da classe política atingiu níveis excepcionalmente baixos. O **Jornal do Brasil**, por exemplo, publicou em fins de abril os resultados de uma pesquisa levada a cabo pelo IBOPE, cuja finalidade era a de aferir o índice de confiança que o brasileiro deposita em uma série de instituições tais como os Correios, a Polícia, a Igreja, os Partidos Políticos, as Universidades, as Próprias Pesquisas, o Corpo de Bombeiros, etc. . A instituição que justamente apresentou o **MENOR** grau de confiabilidade foi a constituída pelos partidos políticos, com apenas 37% de respostas positivas; esse desonroso último lugar traduziu-se igualmente em números por ocasião das eleições de Novembro de 1986, quando o percentual de votos brancos e nulos superaram a votação individual de todos os Senadores dos estados de Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, e Distrito Federal (fonte: **Jornal do Brasil** 1986). Mesmo se dando um desconto para uma possível ignorância quanto ao modo correto de preencher a cédula, ou mesmo a um desinteresse generali-

zado acerca de questões políticas, os números encontrados nos estados citados somados aos dos outros estados, parecem apontar para a existência de um sentimento generalizado de descrédito com relação aos nossos homens públicos.

Para o comentarista político Carlos Castello Branco (1985), o desprestígio dos políticos teve origem nos anos de regime militar, quando as prerrogativas legítimas do Congresso e das Assembléias foram suprimidas e os parlamentares, praticamente sem função, passaram a se dedicar em sua maioria a um ócio cada vez mais bem remunerado. As vantagens foram se acumulando ao longo dos anos (isenção de Imposto de Renda da maior parte dos salários, não comparecimento ao Congresso sem qualquer prejuízo ou sanção, verbas para passagens, telefones e transporte urbano, além de serviços médicos extensivos às famílias dos parlamentares). Nem com o surgimento da Nova República e a recuperação de boa parte do poder perdido, se assistiu a uma tentativa mais séria de se reavaliarem os ganhos que colocam a classe política, como um todo, vários degraus acima das leis que regem a vida da maioria do povo brasileiro. Ainda na visão de Castello Branco, o nepotismo crescente e os abusos salariais, somados ao que foi dito acima, seriam os maiores responsáveis por essa diminuição de prestígio do político, e de "uma queda visível do padrão moral da representação política".

Além de concordar com o raciocínio desenvolvido por esse comentarista, somos de opinião que os nossos homens públicos parecem estar ainda presos a uma ótica um tanto o quanto "provinciana" da questão política. A intermediação parlamentar/povo é vista através de promessas de empreguismo e o político parece avaliar seu "poder" através do número de nomeações e de contratações que consegue auferir para os seus "correligionários", ao invés de fazê-lo através de uma atuação isenta, honesta e a serviço do bem público como um todo. Neste contexto, ainda, a política passa a ser um fim em si mesmo, com os parlamentares colocando os interesses do partido acima dos interesses do Estado ou do País. O país pode ir mal, o partido, não. Arma-se assim o cenário que conduzirá fatalmente à legislação em causa própria e à criação de mecanismos perpetuadores do que se convencionou chamar entre nós de "mordomias".

Mas antes de examinar ou mesmo discutir a precisão de tais explicações relativas ao desprestígio da classe política, optamos no presente trabalho por verificar empiricamente a existência de um estereótipo negativo em relação aos nossos políticos.

A hipótese inicial, em função do que foi esboçado anteriormente, é a de que prevalece entre nós uma atitude negativa e desvalorizadora para com a classe política.

Além desse levantamento de imagem, procuramos avaliar duas questões atinentes à pesquisa em Psicologia Social. A primeira diz respeito à metodologia e se refere à possibilidade da utilização de telefones em pesquisas no Brasil. Normalmente a sondagem de opiniões por telefone apresenta como limitação básica, em primeiro lugar, em nosso país, o acesso tão somente a uma parcela economicamente mais favorecida da população e que pode ter telefone; e, em segundo lugar, por não se poder dispor do mesmo período de tempo que se tem, por exemplo, quando se aplicam questionários ou se utilizam entrevistas. A esse respeito, no entanto, Schuman e Kalton (1985) alegam que estudos mais recentes têm demonstrado que entrevistas por telefone podem ser quase tão longas quanto entrevistas face-a-face, sem o aparecimento de sinais signifi-

cativos de impaciência por parte dos respondentes. Outras desvantagens, não tão importantes, mas igualmente merecedoras de atenção, são aquelas que dizem respeito às limitações conseqüentes à questão de a comunicação **ter** de ser oral e ao fato de os sujeitos normalmente preferirem entrevistas face-a-face. Já com relação às vantagens, se o uso do telefone se mostrar útil em nosso meio, temos a economia de tempo, de recursos e a possibilidade de controle e monitoração subseqüentes, caso surja essa necessidade, como fatores - principalmente os dois primeiros - que justificariam plenamente avaliar a viabilidade de sua utilização como modo de obtenção de dados de pesquisas de levantamento. Quanto à relação classe sócio-econômica elevada/posse de telefone, tentamos evitar esse problema entrevistando não o proprietário do número, mas a pessoa que atendesse à chamada, fosse empregado, patrão, dono de casa, secretário, etc.

Um segundo subobjetivo diz respeito a uma crítica que se tem levantado freqüentemente com relação aos sujeitos das pesquisas em psicologia que são, na maior parte das vezes, estudantes universitários. As atitudes, valores e crenças de sujeitos universitários pode ser um espelho de segmentos mais amplos da sociedade, ou representam tão-somente o pensamento deles mesmos? Rubenstein (1982) alerta para o fato de que 77% de pesquisas realizadas em 1981 e publicadas em dois importantes periódicos americanos utilizaram como sujeitos estudantes universitários. Análise de quatro outros periódicos nos anos 60 e 70 apontou percentagens de 53% a 96% de artigos igualmente baseados em estudos com o mesmo tipo de amostra⁽¹⁾. Considerando que a natureza da amostra é fundamental para a formulação de leis concernentes ao comportamento humano, a pergunta acima merece, a nosso ver, atenção muito especial. A idéia aqui é contrapor os dados obtidos aleatoriamente por telefone com aqueles obtidos em questionários aplicados em sujeitos universitários. Assim, pelo menos quanto à percepção de nossos políticos, poderemos ver se universitários formam ou não um grupo atípico e verificar o grau de compartilhamento de atitudes entre eles e círculos maiores da população brasileira, na qual eles mesmos se inscrevem. Veremos na seção seguinte o procedimento utilizado para tentar responder a essas questões.

MÉTODO

Sujeitos

Tomaram parte no estudo 533 sujeitos residentes no Estado do Rio de Janeiro, sendo 315 do sexo feminino (representando 59% do total da amostra) e 218 do sexo masculino (os outros 41%). A idade média dos sujeitos foi de 33 anos.

Do total de 533 sujeitos, 273 eram estudantes universitários (54% do sexo feminino e 46% do sexo masculino) de duas instituições de ensino superior privadas do município do Rio de Janeiro. Os 260 sujeitos restantes pertenciam ao grupo cujas opiniões foram coletadas por telefone (65% do sexo feminino e

(1) Segundo o Censo Demográfico Relativo ao IX Recenseamento Geral do Brasil (1980) havia no Estado do Rio de Janeiro 233.078 universitários, ou seja, 2,0% da população, aproximadamente.

35% do sexo masculino); desses 260,160 pertenciam ao município do Rio de Janeiro e 100 ao município de Niterói.

Os sujeitos foram classificados não só em termo de sexo e idade (agrupada em três faixas: até 30 anos, entre 31 e 50 anos e mais de 50 anos), como também por profissão. As profissões foram agrupadas em oito categorias: a dos que **não trabalham** (12%), composta por donas de casa que não trabalham fora e aposentados; a de **serviços** (16,5%), que incluem industriários, bancários, profissionais de nível técnico, funcionários da administração pública e militares; a terceira categoria é a dos **Profissionais Liberais** (3%); a categoria dos **Empresários** (1,5%), composta por industriais e comerciantes; a dos **Estudantes** (57%); a dos que trabalham com o **Ensino** (4,5%), professores e técnicos; a dos **Trabalhadores Domésticos** (4,5%) e finalmente, uma categoria **Outros** (1%).

Procedimento

A coleta de dados por telefone foi feita por três entrevistadores que, após selecionarem aleatoriamente o número do telefone, (o 1º número constante da lista em cada página ímpar a partir de uma página sorteada) diziam ao seu interlocutor:

"Bom dia (tarde ou noite), estamos falando do Centro de Pesquisa da Universidade Gama Filho e seu telefone foi escolhido ao acaso. Nós estamos realizando uma pesquisa sobre Psicologia e Política e gostaríamos de lhe fazer algumas perguntas. O (a) Sr. (Sra.) poderia nos dar alguns minutos da sua atenção?". No caso de a resposta ser positiva, era dado então início à entrevista; caso contrário o entrevistador agradecia e recomeçava com outro telefone. A porcentagem de recusas foi pequena (7% dos contactados), a maioria alegando falta de tempo no momento. Em média o tempo gasto com cada entrevista foi de cinco minutos. As entrevistas por telefone foram realizadas pela parte da manhã, tarde e noite.

A coleta de dados junto aos universitários foi feita por dois entrevistadores, um em cada instituição. Em sala de aula, os alunos eram solicitados a responder, por escrito, a uma pesquisa, sobre Psicologia e Política.

Instrumento

Para este estudo foi elaborado um questionário que sofreu algumas modificações após o pré-teste. O instrumento definitivo era composto de cinco questões além dos dados sobre idade, sexo e profissão. No primeiro item relacionaram-se 15 adjetivos, sete de conotação positiva (sincero, bem intencionado, competente, culto, responsável, preocupado com o bem comum, hábil), sete de conotação negativa (ambicioso, embromador, corrupto, egoísta, omissivo, oportunista, esperto⁽²⁾ e um ambíguo (esforçado)⁽³⁾). O sujeito deveria dizer sim

(2) O adjetivo ESPERTO foi considerado negativo porque se observou que o termo em questão, se referido à política, denota uma espécie de utilização de capacidades pessoais em benefício próprio e não para o bem comum, como seria de esperar-se. Assim, ser esperto no contexto político implica em egoísmo e oportunismo, justificando-se sua inclusão no grupo de adjetivos negativos.

(3) O adjetivo ESFORÇADO foi avaliado como ambíguo porque foi visto pela amostra no pré-teste, ora como meritório, ora como depreciativo. Aparentemente em nossa cultura, este adjetivo pode ser visto tanto como sinônimo de trabalhador, empreendedor, como uma espécie de consolo para quem não é talentoso ou capaz, ou seja, o termo em questão não é inequívoco do ponto de vista semântico.

ou não para cada um desses adjetivos em função de sua opinião sobre o político brasileiro.

No segundo item foi pedido aos sujeitos que indicassem três características do político ideal; em seguida lhes era solicitado que indicassem o nome de um político que, em sua opinião, mais se aproxima e um que mais se afasta do ideal. Finalmente, no quinto item, perguntava-se em quem o sujeito votaria para o cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foram obtidas porcentagens de concordância com os adjetivos que dariam o perfil do político brasileiro para ambas as amostras (telefônica e universitária).

Ordenando-se os 15 adjetivos em ambas as amostras segundo a magnitude da porcentagem de concordância (vide tabela 1), verificamos que há uma alta associação entre as duas ordenações ($Rho = 0,94$, $p < 0,001$), com poucas diferenças significativas entre as duas amostras.

De um modo geral, as amostras acham que o político brasileiro é ambicioso, esperto (em benefício próprio), insincero, oportunista, embromador, omisso, mal intencionado, irresponsável, não esforçado, incompetente e sem cultura. Estes resultados apontam para os adjetivos que caracterizam baixos padrões morais e que definem um perfil negativo do político brasileiro, o que vem confirmar a existência de estereótipos negativos com relação à sua imagem.

Esse resultado permite, também que, na medida em que houver pouca diferença entre as duas amostras, universitários possam ser considerados como um grupo de confiança para a coleta de dados em pesquisas científicas. Constatou-se que ambos os grupos revelaram uma percepção altamente negativa do político brasileiro.

No que se refere à diferença entre os três grupos etários até 30 anos, entre 31 e 50 anos e mais de 51 anos em relação a lista de adjetivos que compõe a imagem do político, os resultados mostraram que de uma maneira geral, quanto mais velho o sujeito, mais positiva é sua atitude em relação à imagem do político brasileiro. Esta diferença, entretanto, só é significativa para os adjetivos: insincero, mal intencionado, corrupto, hábil e esforçado ($X^2 = 13,31$, $8,76$, $43,92$, $8,30$ e $12,49$, respectivamente, todos significantes a um nível de $p < 0,01$).

Outra indicação de que parece haver uma associação entre idade e negatividade do estereótipo, é que a amostra telefônica (\bar{X} de idade = $41,4$) mostrou-se mais condescendente que a amostra de universitários (\bar{X} de idade = $26,4$).

No que concerne ao sexo do respondente, apenas em relação ao adjetivo ESFORÇADO foi encontrada uma diferença significativa entre os sexos. 67% da amostra masculina contra 58% da feminina julgaram que os políticos não são esforçados ($z = 3,00$, $p < 0,01$).

Em termos das categorias profissionais consideradas separadamente, os resultados mostra que os grupos mais críticos em relação aos políticos foram os profissionais liberais e os que estão incluídos em atividades ligadas ao ensino. Em contrapartida, a categoria profissional mais condescendente foi a dos empresários; mas aqui se deve fazer a ressalva de que o n° de sujeitos pertencentes a

TABELA 1 — Freqüências, em Porcentagens, de Concordância com os Adjetivos (em Forma Negativa) nas Duas Amostras e Ordenação Decrescente da Magnitude da Concordância.

ADJETIVOS	TELEFONEMAS	ORDENAÇÃO	UNIVERSITÁRIOS	ORDENAÇÃO	TOTAL	ORDENAÇÃO
Insincero	91%	4	94%	2	93%	3
Ambicioso	94%	1,5	95%	1	95%	1
Mal Intencionado	70%	10	80%	8	76%	10
Embromador	89%	5	87%	5	88%	5
Egoísta	77%	8	79%	9	78%	8
Omisso	80%	7	74%	10	77%	9
Irresponsável	68%	11	70%	11	69%	11
Oportunista	92%	3	88%	4	90%	4
Esperto	94%	1,5	93%	3	94%	2
Não Preocupado c/Bem Comum	82%	6	84%	7	83%	6
Corrupto	73%	9	86%	6	81%	7
Não Hábil	22%	15	39%	15	31%	15
Inculto	44%	14	49%	14	47%	14
Não Esforçado	51%	13	67%	12	60%	12
Incompetente	58%	12	57%	13	57%	13

NOTA: À exceção dos adjetivos "Mal Intencionado ($z = 2,50$, $p < 0,02$), Corrupto ($z = 3,76$, $p < 0,001$), Não Hábil ($z = 4,26$, $p < 0,001$) e Não Esforçado ($z = 5,24$, $p < 0,001$) que apresentaram porcentagens significativamente diferentes entre as amostras telefônica e de universitários, não houve diferença significativa entre as duas amostras para todos os demais adjetivos dessa tabela.

esta categoria foi bastante reduzido. Foram encontradas diferenças significativas entre as categorias mencionadas acima em relação aos seguintes adjetivos: Mal intencionado, irresponsável, corrupto, não hábil e não esforçado ($X^2 = 23,84, 16,78, 10,21, 32,03, 18,09$ e $17,07$, respectivamente, com valores de p menores que $0,02$).

Em relação às respostas dos sujeitos acerca de três características principais do político ideal, procedeu-se a uma aglutinação das mesmas em função de suas semelhanças. Foram então estabelecidas seis diferentes categorias de respostas, a saber: **Servidor do Povo**, que inclui respostas onde o político ideal deveria preocupar-se com o bem do povo, ter boas intenções, não ter ambição, cumprir o que promete, conhecer os problemas da comunidade e ser democrata; **Moral**, relativa às respostas que salientam dever ser o político honesto, sincero, humano, humilde, não corrupto, de caráter, coerente e corajoso; **Habilidade**, onde estão incluídas as características de um político culto, inteligente, capaz, hábil, líder, carismático, educado e com formação política; **Desempenho**, onde se salienta dever ser o político responsável, competente, esforçado, trabalhador, bom administrador, empreendedor, menos demagogo e não omisso; **Ideologia**, incluindo características tais como patriotismo, idealismo, nacionalismo e fidelidade partidária; finalmente - **Outros**, abrigando todos os demais tipos de respostas.

O resultado das porcentagens das respostas dos sujeitos para as características do político ideal nas duas diferentes amostras, telefônicas e universitária, foram, em primeiro lugar, a categoria de respostas **Moral**, com 31,8%; a seguir, **Servidor do Povo** com 25,2%; a categoria **Desempenho** teve 19,8%; a **Habilidade** ficou com 15,2%; na quinta preferência está a categoria **Outros** com 5,0%; a última foi **Ideologia**, com 3,0%.

Para os que consideram ser a primeira resposta dada a característica do político ideal a mais importante, as porcentagens obtidas em relação ao primeiro adjetivo apontado foram: Moral 46%, Servidor do Povo 24%, Desempenho 12%, Habilidade 11%, Outros 5% e Ideologia 3%. Verifica-se pois que as ordenações das categorias de respostas são idênticas, notando-se porém que a porcentagem na categoria Moral é ainda maior quando se considera apenas o primeiro adjetivo citado.

Para as questões três e quatro, a amostra telefônica respondeu que o político que mais se aproxima do ideal traçado seria, percentualmente, **Nenhum Deles** com 14%; Moreira Franco 11%; o Presidente José Sarney com 9%; Fernando Gabeira com 7%; enquanto os que mais se afastavam: Leonel Brizola 20%, Aguinaldo Timóteo 13%, Darcy Ribeiro 11% e Todos Eles, 8%.

Para a amostra de universitários, o político que mais se aproximava do ideal que traçaram foi **Nenhum Deles**, com 41%; Fernando Gabeira, com 17%; Moreira Franco e Leonel Brizola com 6%. E os que mais se afastavam para essa amostra foram: Moreira Franco com 20%; Darcy Ribeiro e Aguinaldo Timóteo com 15%, Leonel Brizola com 14%.

CONCLUSÃO

"A verdade é que temos uma safra de homens públicos, tanto nos Executivos como nas Assembléias, desprovidos de recursos para a atividade política". (Tancredo Neves, *apud* Mota, 1987).

Ao que tudo indica, os cariocas têm a mesma visão que Tancredo Neves - autor da frase acima - de nossa classe política. Ambiciosos, espertos, insinceros, oportunistas, embromadores, despreocupados com o bem comum e corruptos, estes os adjetivos, por ordem decrescente de magnitude, que delineiam o perfil - tenebroso - da classe política, aos olhos de nossa amostra.

Se esse desprestígio teve origem nos anos de regime militar - como afirmam Carlos Castello Branco (1985) e Lourenço Dantas Mota (1987), entre outros - ou se é anterior, num processo de desgaste mais lento que teria se iniciado em algum momento de nossa República, é algo que foge às nossas possibilidades de aferição no momento. A verdade é que agora - e justamente num momento significativo de nossa História, qual seja o da redação de nova Constituição - a negatividade do estereótipo do político é extremamente forte, principalmente no que toca ao aspecto moral (basta citar que na pergunta relativa ao político ideal, **nenhum** foi a resposta predominante).

Ainda com relação ao objetivo maior da pesquisa, cumpre observar que não houve diferenças significativas por sexo, e que encontramos uma certa tendência por parte das pessoas mais idosas, no sentido de serem menos rigorosas e críticas na avaliação dos políticos. Um outro dado curioso foi a pouca importância que os sujeitos deram à orientação ideológica como fator de escolha de um candidato a cargo Político (sinal de fraqueza dos partidos? Uma crença maior nas capacidades individuais de líderes, que estariam acima de filiação partidária?). Seja qual for a resposta, trata-se de uma característica que acreditamos merecer atenção posterior.

No que diz respeito aos outros objetivos do presente trabalho, podemos observar a validade do uso do telefone como instrumento de coleta de dados, o mesmo se aplicando à questão da escolha de sujeitos, já que os universitários - pelo menos no que tange à política - se mostraram bem semelhantes atitudinalmente aos sujeitos entrevistados aleatoriamente por telefone.

Esses resultados nos pareceram bastante influenciados pelas disputas eleitorais que se travavam na época da coleta de dados, outubro de 1986, quando as campanhas eleitorais para Governadores de Estado, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, estavam acirradas.

O que se pode igualmente depreender desses resultados é a comprovação da negatividade do estereótipo em questão, já que a resposta "Nenhum Político" foi a de maior frequência.

Os resultados mostraram que 41 % dos entrevistados por telefone e 31 % dos universitários declararam que não tinham candidato, que anulariam o voto ou não responderam. Como os dados foram coletados cerca de um mês antes das eleições e como os especialistas em predição de eleições recomendam que se entrevistem os eleitores até a véspera da eleição, é compreensível esta indefinição. Istotodavia prejudicou a correspondência das porcentagens obtidas para os candidatos, entre as nossas amostras e os resultados reais verificados nas eleições. Constata-se, entretanto, que a ordem dos candidatos, do mais ao menos votado na amostra telefônica, correspondeu à ordem realmente obtida (Moreira 31 %; Darcy 12%; Gabeira 11 %; os demais Aarão, Sinval e Timóteo, menos de 1 %; e nulos, indecisos, etc, 41 %). Entre os universitários a ordem foi Moreira e Gabeira 23%; Darcy 16%; Aarão 5%; Sinval 3%; Timóteo 0%; e nulos, indecisos, etc. 31%.

Concluindo, gostaríamos de ressaltar que é nossa intenção replicar essa

pesquisa, a fim de seterem vista uma possível evolução (ou não) da imagem do político brasileiro.

REFERÊNCIAS

- FRANKEL, M.R. &FRANKEL, LR. (1987) Some Recent Developments in Sample Survey Design, *J. of Marketing Res.*, 14, 208-293.
- HOLANDA FERREIRA, A.B. (1 986) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (14.º ed.), Rio de Janeiro, ed. Nova Fronteira.
- IBGE (1983) *IX Recenseamento Geraldo Brasil*, 1 980, dados sobre o Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro, IBGE, Seplan.
- JORNAL DO BRASIL*, edição de 25-4-87, informe JB.
- JORNAL DO BRASIL*, edição de 16-6-85, coluna do Castello, Carlos Castello Branco.
- JORNAL DO BRASIL*, edição de 23-11-86, "Voto em branco, a vedete da Eleição".
- KINDER, D.R. & SEARS, D.O. (1 985) Public Opinion and Political Action, in G. Lindzey e E. Aronson (eds). *The Handbook of Social Psychology*, 3ª ed., N.Y., Random House.
- MOTA, LD. (1987) *Quem manda no Brasil?* R.J., ed. Ática.
- RUBENSTEIN, C (1982) Psychology's Fruit Flies, *Psychology Today*, may, 83-84.
- SCHUMAN, H. & KALTON, G. (1 985) Survey Methods, in G. Lindzey e E. Aronson (eds). *The Handbook of Social Psychology* 3.ª ed., N.Y., Random House.
- VEJA, edição de 3-6-87, "A Cara do Poder".

Texto recebido em 20/02/88.